

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

**Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)**



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

As ciências humanas em uma abordagem multirreferencial

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências humanas em uma abordagem multirreferencial /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-923-3

DOI 10.22533/at.ed.233212503

1. Ciências humanas. I. Batista, Fabiano Eloy Atílio
(Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Estimados leitores e leitoras;

As Ciências Humanas, sobretudo na contemporaneidade, tem passado por numerosos desafios, seja pelas diversas reformulações curriculares, pela implementação de novas políticas públicas e/ou questões ideológicas partidárias, que vem, de forma significativa, secundarizando algumas áreas do conhecimento, em especial as ligadas às humanidades.

Nesse quadro, torna-se fundamental uma reflexão sobre o(s) lugar(es) das Ciências Humanas diante da realidade social que vivenciamos, tendo como propósito uma ampliação das perspectivas de compreensão do mundo e formas de melhorá-lo, mas, especialmente, trazer à tona discussões dentro das esferas sociais e culturais com a finalidade de problematizar e tencionar reflexões sobre o mundo contemporâneo.

Nessa conjectura, é de extrema importância lançarmos um olhar, por diversos ângulos, para as demandas sociais e dos sujeitos, ampliando nosso pensamento sobre o mundo e sobre as diversas realidades que nos cerca, buscando novos eixos e novas formas de pensar (e agir sobre) o local e o global.

Portanto, a obra **“As Ciências Humanas em uma Abordagem Multirreferencial”** reuniu doze textos, a partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar dentro das Ciências Humanas, que nos permitem compreender diversos aspectos sociais e culturais na contemporaneidade, de forma clara e reflexiva.

Assim, essa coletânea de textos aponta reflexões que problematizam sobre múltiplos aspectos e olhares as relações acerca da área das Ciências Humanas a partir de uma abordagem multirreferencial, buscando uma compreensão e análise de múltiplos fenômenos para que assim possamos compreender os fatos sociais sob diversos prismas, sobretudo aqueles acerca da cultura, da educação e da sociedade, entre outras instâncias.

Por fim, espera-se que essa coletânea de textos possa se mostrar como uma possibilidade discursiva e reflexiva para novas pesquisas e novos olhares sobre os objetos das Ciências Humanas.

A todos e todas, uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA: POVO MARCADO, POVO FELIZ Ana Beatriz Duarte Vieira DOI 10.22533/at.ed.2332125031	
CAPÍTULO 2	11
INDÍGENAS SETECENTISTAS: MÁRTIRES, VILÕES OU MESTRES DOS SERTÕES NAS EXPEDIÇÕES MONÇOEIRAS? Marcos Lourenço de Amorim DOI 10.22533/at.ed.2332125032	
CAPÍTULO 3	23
MEMORIAL DA IMIGRAÇÃO E CULTURA JAPONESA DA UFRGS: ENTRE AS MEMÓRIAS DO PASSADO E DO PRESENTE Tomoko Kimura Gaudioso DOI 10.22533/at.ed.2332125033	
CAPÍTULO 4	31
TRABALHANDO A TEMÁTICA DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E CULTURAL EM SALA DE AULA Carmem Lucia Beda de Amorim Sayão Corrêa Patrícia Alves Carvalho DOI 10.22533/at.ed.2332125034	
CAPÍTULO 5	41
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM PERSÉPOLIS E BORDADOS: QUESTIONAMENTOS ACERCA DO PAPEL DA MULHER MUÇULMANA NA SOCIEDADE IRANIANA PÓS-REVOLUÇÃO ISLÂMICA Flávia Abud Luz Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz DOI 10.22533/at.ed.2332125035	
CAPÍTULO 6	50
O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL E SEUS REFLEXOS NA ESTRUTURAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA BRASILEIRA Marcelo Paiva de Medeiros DOI 10.22533/at.ed.2332125036	
CAPÍTULO 7	70
A LIGAÇÃO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A SEGURANÇA PÚBLICA Eliza Minuzzi Ereno DOI 10.22533/at.ed.2332125037	
CAPÍTULO 8	79
CLASSES POPULARES E DESEMPENHO ESCOLAR: ANÁLISE LITERÁRIA A PARTIR	

DE CONTRIBUIÇÕES SOCIOLOGICAS

Desideri Marx Travessini

DOI 10.22533/at.ed.2332125038

CAPÍTULO 9..... 86

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA UNIR/VILHENA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Josimari dos Santos da Conceição

Elayne Barbosa da Silva

Jéssica Bittencourt França

DOI 10.22533/at.ed.2332125039

CAPÍTULO 10..... 94

A NATUREZA JURÍDICA DO IMPEACHMENT E O PROCESSO DE CASSAÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Lucélia Nárjera de Araújo

Vilobaldo Adelídio de Carvalho

Wilma Avelino de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.23321250310

CAPÍTULO 11..... 106

A INDÚSTRIA CULTURAL E O USO DE FONTES AUDIOVISUAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Wilderson Alves Leite

Beatriz Alves Marques

DOI 10.22533/at.ed.23321250311

CAPÍTULO 12..... 115

LA RESIGNIFICACIÓN DE UN CONTEXTO QUE BUSCA EL APALABRAMIENTO: LA INFANCIA COMO SUJETO POLÍTICO

Adriana Obando Aguirre

DOI 10.22533/at.ed.23321250312

SOBRE O ORGANIZADOR..... 129

ÍNDICE REMISSIVO..... 130

CAPÍTULO 12

LA RESIGNIFICACIÓN DE UN CONTEXTO QUE BUSCA EL APALABRAMIENTO: LA INFANCIA COMO SUJETO POLÍTICO

Data de aceite: 01/04/2021

Adriana Obando Aguirre

Universidad San Buenaventura
Medellín- Antioquia. Colombia

<https://orcid.org/0000-0003-1987-7235>

Los hechos necesitan del testimonio para ser recordados y de confianza en el testigo en orden para encontrar una segura morada dentro de los asuntos humanos. De esto, se deriva que ninguna afirmación fáctica puede estar nunca más allá de la duda —tan segura y escudada como, por ejemplo: dos más dos hacen cuatro (Arendt, 1973, p. 11).

RESUMEN: El capítulo la resignificación de un contexto que busca el apalabramiento: *La Infancia Como Sujeto Político*, aborda las dinámicas sociopolíticas del barrio Popular Número Uno de la ciudad de Medellín- Colombia, contexto en donde se desarrolla el estudio y del cual se hace lectura de cara a la teoría Hannah Arendt, *La condición humana*, en perspectiva de la acción realizada por un sujeto que se manifiesta a través del comportamiento y cómo esta está relacionada con un discurso. En este sentido, el presente capítulo presenta los siguientes apartados, como posibilidad de analizar: el apalabramiento la infancia como sujeto político, el desarraigo abolido por la natalidad: una iniciativa para anular el silencio y la sumisión de la niñez, el

abandono abolido por la novedad: un sentido de comprensión de la infancia como sujeto político, la promesa para una condición política, contexto y apalabramiento: relacionamientos de los niños en el contexto familiar y escolar.

PALABRAS CLAVE: Natalidad, promesa, novedad, sumisión, desarraigo, violencia, infancia, vulnerabilidad.

A RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CONTEXTO QUE BUSCA ADVOCACY: A INFÂNCIA COMO SUJEITO POLÍTICO

RESUMO: O capítulo a ressignificação de um contexto que busca o espancamento: *A Infância Como Sujeito Político*, aborda as dinâmicas sociopolíticas do bairro Popular Número Um da cidade de Medellín- Colômbia, contexto onde se desenvolve o estudo e do qual se faz leitura face à teoria Hannah Arendt, *A condição humana*, em perspectiva da ação realizada por um sujeito que se manifesta através do comportamento e como esta está relacionada com um discurso. Neste sentido, o presente capítulo apresenta os seguintes parágrafos como possibilidade de analisar: o espancamento da infância como sujeito político, o desenraizamento abolido pela natalidade: uma iniciativa para anular o silêncio e a submissão da infância, o abandono abolido pela novidade: um sentido de compreensão da infância como sujeito político, a promessa para uma condição política, contexto e espancamento: relacionamentos das crianças no contexto familiar e escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Natalidade, promessa, novidade, Sumision, desenraizamento, violência, infância, vulnerabilidade.

THE RESIGNIFICATION OF A CONTEXT THAT SEEKS ADVOCACY: CHILDHOOD AS A POLITICAL SUBJECT

Abstract: The chapter on the resignification of a context that seeks advocacy: Childhood as a Political Subject, addresses the socio-political dynamics of the Number One Popular neighborhood of the city of Medellín- Colombia, context in which the study is developed and which is read face to face to the Hannah Arendt theory, The human condition, in perspective of the action carried out by a subject that is manifested through behavior and how this is related to a discourse. In this sense, this chapter presents the following sections, as a possibility of analyzing: the applause of childhood as a political subject, the uprooting abolished by the birth rate: an initiative to cancel the silence and submission of childhood, the abandonment abolished by the novelty: a sense of understanding of childhood as a political subject, the promise for a political condition, context and support: children's relationships in the family and school context.

KEYWORDS: Birth, promise, novelty, submission, uprooting, violence, childhood, vulnerability.

EL APALABRAMIENTO: LA INFANCIA COMO SUJETO POLÍTICO

En este apartado se presenta y se describe la tesis y la antítesis que emergen en el contexto de los niños del barrio Popular número Uno, donde se establece la comprensión de la infancia como sujeto político que tiene el entorno familiar y escolar en un barrio, como este que se reconoce en condición de vulnerabilidad.

Es importante mencionar que, “el concepto de participación, en el plano ético y en la infancia, se asume como manera de convocar, coligarse, decidir y tomar postura en los espacios en los que se desempeñan los niños” (Código de la Infancia y la Adolescencia, Ley 1098 de noviembre 8 de 2006). Es decir, implica desarrollar procesos de formación en la corresponsabilidad proponiendo alternativas pedagógicas para la toman de conciencia de las decisiones que afectan a un colectivo, pero para llevarse a cabo debe de instalarse este proceso en los entornos familiar, social y escolar, consolidando maneras de resolver y de relacionarse.

Así mismo, la vulneración se reconoce como relacionamiento con el mundo, con el otro que está en igual de derechos, pero se les ha privado todo. En este sentido, Butler plantea que, todos estamos expuestos a la violencia, de igual forma la vulnerabilidad se visibiliza en la manera en que la relación con el otro la constituye: “La herida ayuda a entender que hay otros afuera de quienes depende mi vida” (2006, p. 14).

Esta discusión se pasa por cuatro apartados titulados: El desarraigo abolido por la natalidad: Una iniciativa para anular el silencio y la sumisión de la niñez, El abandono abolido por la novedad: Un sentido de comprensión de la infancia como sujeto político, La violencia desbancada por la promesa para una condición política y, finalmente, Contexto y apalabramiento: relacionamientos de los niños en el contexto familiar y escolar.

Así mismo, el texto plantea la condición de vulnerabilidad política, donde los niños dan cuenta como son reconocidos, socialmente, en su contexto inmediato como lo son la

familia y la escuela. Por otro lado, está el concepto de la promesa, que centra su importancia en devolver a la educación la responsabilidad de la niñez, generando oportunidades para una sociedad más participativa y autónoma en libertad.

No obstante, desde una mirada aguda, la familia conforma un escenario de aparición de los niños en el plano de la interacción con los más próximos (hermanos, padres y/o abuelos), aprendizajes que son atravesados por la desconfianza, el silencio y la sumisión como elementos en los procesos de crianza y de desarrollo instalándose estos en su vida.

EL DESARRAIGO ABOLIDO POR LA NATALIDAD: UNA INICIATIVA PARA ANULAR EL SILENCIO Y LA SUMISIÓN DE LA NIÑEZ

En medio de las contenciones e inexactitudes que permean la historia del barrio Popular número Uno de la ciudad de Medellín Colombia, se convierte en un escenario que gesta el desarraigo en los niños como escollo en el establecimiento de vínculos de confianza y de seguridad, influyendo en ellos, –los niños–, fenómenos de violencia incubados en el sistema social y desarrollados en muchos núcleos familiares, siendo enajenados por un sistema político que aún no restablece su condición de vida.

Las dinámicas de barrio popular se reconocen como institución social donde las familias son los primeros estamentos donde los niños encuentran marcadas limitantes para coligar de manera sencilla y natural, poniéndose de cara los patrones de crianza que prolongan comportamientos originarios de contextos de represión, silencio y sumisión generando el desarraigo.

No obstante, el desarraigo instituido en la niñez del barrio Popular Uno, en medio de las experiencias que lo instalan en condiciones vulnerables, logra entrever por medio de las relaciones entre pares, la posibilidad de inventar experiencias, recrear sucesos en su contexto, resignificando sentidos desde y para la cotidianidad.

Es así, como el desarraigo se asume como una condición de dominio de los procesos derivados de la violencia, soterrados por intereses de los regímenes de milicias, donde las experiencias de represión y rupturas en aspectos relacionales perturban las transformaciones sociales y culturales en el barrio Popular Uno, de las cuales hace parte activa la niñez. No obstante, el ambiente social surge en un contexto rígido en el que se promueve el silencio y la acomodación que hacen las familias y por ende los niños, que están dados de acuerdo con las realidades de su escenario social, convertidas en la naturalización de los acontecimientos que allí emergen, al respecto, Arendt (2004) afirma en perspectiva de los judíos que no tenían lugar propio que se puede articular con la situación de algunos niños y niñas en estado de vulnerabilidad en términos de la situación de desarraigo : “estar desarraigado significa no tener en el mundo un lugar reconocido y garantizado por los demás; ser superfluo significa no pertenecer en absoluto al mundo. El desarraigamiento puede ser la condición preliminar de la superfluidad” (p. 576).

Aun así, en los niños del barrio Popular número Uno, emergen discursos que aventuran soñar y promoverse como un sujeto desde su individualidad, desde un colectivo, reconociendo la pluralidad como un acontecimiento que recupera voces para la participación, brindando la expectativa hacia la oportunidad para atravesar discursos y actos que posibilitan la compañía de otros y concertar con ellos, desde disertaciones que los convocan para el reconocimiento en un contexto que necesita transformarse para su juicio social, dando paso a la filosofía de la natalidad como acaecimiento esencial en la condición política de los niños.

Actos que garantizan la reivindicación de todo un acontecimiento que puede posiblemente aportar a la reducción de la injusticia, legitimando las relaciones con sentido de libertad y de participación, por tanto, la natalidad, desde la postura Arendtiana, es un factor existente como condición política para acceder a lo que el desarraigo les arrebató, quebrantando las posibilidades para convocar, requerir y reclamar en sus escenarios próximos.

El reto que se vislumbra está dado en los procesos de participación tanto en el entorno familiar como escolar, no respondiendo a obligaciones específicas de cada escenario, sino de opciones para registrar otras maneras de visualizar el mundo con la capacidad de hacer posible el restablecimiento de la participación, volviendo a las situaciones, redefiniéndolas en una condición nueva, con circunstancias para estrechar los lazos en el intercambio mediante la confianza, instaurando la necesidad de los otros, la cual es visible a cada uno llegando a ser regocijo en el encuentro coligado.

Si bien es cierto, en los niños se logran visibilizar, de manera espontánea y natural, las estrategias para las cercanías con el otro, institucionalizando las relaciones en las que disminuyen distancias que los hacen diferentes e incluso de quienes hacen parte del asentamiento de la violencia física y simbólica, puesto que exhortan la historia del adulto.

En este sentido, la escuela, desde su función de educar en sus prácticas, establece una triada relacional con el fin mismo de educar, por su parte, la familia, como agente corresponsable con el niño y con la instauración de valores desde el proyecto de vida, busca gestar posturas formativas, donde logra humanizar desde las prácticas basadas en la autonomía, un principio de respeto hacia el otro dotándolo del espíritu de reflexión.

Una reflexión que confiere el ideal para consolidar las relaciones que implica el compromiso con el otro, con la palabra, con el cuidado de sí y de los demás; comprendiendo la importancia del apalabramiento en libertad, y para ello, se explica la importancia de la función de la educación, puesto que es ella la que permite al niño- estudiante, a las familias e incluso permeando al contexto, una confianza en su poder de transformación de su realidad, comprendiendo que la vida humana solo tiene sentido con los otros. En definitiva, el desarraigo puede ser contrarrestado con procesos que permitan convocar a los niños, los cuales asumen un lugar protagónico en las lógicas de formar un ciudadano con relaciones efectivas y afectivas en su interacción con el otro.

EL ABANDONO ABOLIDO POR LA NOVEDAD: UN SENTIDO DE COMPRENSIÓN DE LA INFANCIA COMO SUJETO POLÍTICO

En el contexto de la ciudad de Medellín, específicamente, del barrio Popular Uno, se ha forjado a lo largo de los años, una historia de conflictos heredados e instalados en la comunidad, permeando los procesos de crianza y desarrollo de los niños, donde la atención de las familias se traslada a contrarrestar necesidades desde objetos costosos, accediendo a la permisividad y a otros hasta dejarlos en desatención premeditada, dejando la existencia de esta garantía de seguridad y bienestar de los niños a la escuela y a los jardines infantiles del Instituto de Bienestar Familiar (ICBF), convirtiéndose estos, en factores socioculturales del contexto, predominando la condición de pobreza y violencia derivada del conflicto armado, poniendo a los niños en condición de vulnerabilidad y siendo estas las constantes de su abandono.

Análogamente, a esta situación física y emocional del niño en este contexto, se adhiere la conexión que existe entre los actores armados al margen de la ley, el narcotráfico y la pobreza, entre otros, lo cual obliga a reflexionar sobre los efectos en la vida de los niños, quienes de alguna manera han sido indefensos desde la apertura y atención del Estado para garantizar sus derechos y protección.

Del mismo modo, en escenarios de tanta vulneración socioeconómica, los niños son exacerbados por el conflicto armado, llevando a su explotación, el abuso y el riesgo de ser reclutados en el marco del conflicto sociopolítico del país, acontecimientos que son irradiados en el contexto próximo como son las comunas y los barrios.

Estas son situaciones complejas de carácter político, por lo cual el Estado se ha esforzado por identificar los avances en la transformación de la vida de los niños, sin embargo, aún la garantía de sus derechos se encuentra alrededor de las condiciones básicas, es decir, alimentación, salud y cuidado, siendo precario para las exigencias requeridas del futuro de una sociedad, tan alienada por la violencia, los grupos armados y el narcotráfico.

Pensar en la infancia requiere reflexionar alrededor de quienes deben proveer las condiciones óptimas para el desarrollo de los niños, generando controles rigurosos y comprometidos en la calidad de la formación de estos, con oportunidades para que quienes sean cuidadores adquieran la formación requerida para comprender la pluralidad de los niños y así gestar estrategias para garantizar un mejor estar en medio de todos. El Estado, en medio de todas estas presencias-ausencias, es catalogado como un abandonante de la proyección de un país que requiere confianza.

Cabe señalar que, en los diferentes escenarios se promulgan los derechos de los niños a igual que el de las familias, sin embargo, estos distan en la relación con el reconocimiento como sujetos políticos, en tanto, la vulneración política está representada en la omisión de las oportunidades para reflexionar alrededor de las posibles oportunidades que el medio les brinda, dejando de lado proyectos en común.

El abandono de la niñez se convierte en un escenario amplio no solo de las familias, sino también del Estado, puesto que este es quien debe liderar con responsabilidad, la formación de los niños, puesto que es el Estado, quien les adeuda la tranquilidad, la confianza y la libertad. Por medio de la anulación de la palabra, la acción y el pensamiento, se arruina el desarrollo del niño, concibiendo, de esta manera, hombres anulados en su esencia, puesto que tienen incapacidad para la confianza, para el liderazgo, para compartir, convirtiéndose estas y otras generaciones en hombres producto e instrumento del totalitarismo como dinámica de ruina social y humana.

No obstante, en medio de esta contrariedad, los niños visibilizan maneras de relacionarse, de coligarse y de generar alternativas para desarrollar procesos en los que sean partícipes como actores que transforman su contexto inmediato. Estos idealizan formas de establecer estrategias para reinventar su posibilidad para la participación que le dé cabida a la pluralidad y capacidad de construir con el otro. Son relaciones que desde su contexto escolar se identifican como miembros en una pequeña ciudad que los convoca a ser parte de ella, dejando de lado los perjuicios de los adultos y las exigencias selectivas de los padres.

En ellos se configuran las funciones sociales con alto nivel de respeto y de participación, siendo exigentes con los compromisos adquiridos, visibilizando maneras de servir al otro, generando estrategias para desarrollar proyectos propios y del colectivo al que pertenecen, además, velando por el bien común. Es importante mencionar que, en los juegos de roles desarrollados por los niños tanto de jardín como escolares, se evidencia como encarnan los actores sociales (el policía, el barbero, el médico, la madre de familia, el líder, el subalterno e incluso el bandido), sin embargo, se observa un respeto por el otro, donde logran legitimarse independientemente del papel social que ocupan.

En sus relaciones con otros niños desarrollan lugares en donde es importante su opinión, logran identificar sus habilidades y destrezas, se muestran independientes en la toma de decisiones colectivas y en la solución de situaciones, adicionalmente, llevan a cabalidad las reglas concertadas. Aspectos que logran avizorar procesos de socialización con condición política, con el disfrute de estar en compañía de otros, de actuar concertadamente y de participar. Paradójicamente, en muchas ocasiones en interacción con los adultos, se ha logrado evidenciar que el uso de la palabra de los niños, así como la participación y el liderazgo son actos que han mediado y son determinados por los adultos, lo que influye en oportunidades para restablecer y plantear ideas e intereses propios de los niños.

No obstante, en el mundo de los niños aparecen planteamientos de ilusión en donde se marcan en medio del juego, seres posibilitadores de un comienzo, buscando alternativas para reconstruir su realidad, soluciones colectivas e identificando las falencias de su entorno, demostrándole al adulto que él es el dueño y artífice de su realidad con el único prerequisite de garantizarle el comienzo para la tan deseada transformación, posibilitándose la emanación de él mismo y de su colectivo.

Es así, como la novedad surge en el acontecimiento de la lúdica, puesto que en medio de los juegos de roles existe un potencial de seres con capacidad de construir colectivamente, de resolver y de pensar en colectivo para el bien común, puesto que pensar en este garantiza una configuración de sociedad, donde ser solidario se vincula como eje en la comprensión de los problemas tanto individuales como colectivos.

Los niños desde su lugar permiten recobrar la confianza en la capacidad de pensar, actuar y ser espontáneos, siendo garantes en decir la verdad, teniendo en cuenta el significado de las palabras, en este sentido, recuperando el sentido de lo antes expuesto, como las actuaciones que son preámbulo hacia la libertad. Entendida la libertad como posibilidad de hacer parte de un comienzo, de un nacer, en palabras de Arendt, la oportunidad de ejercer la participación en cualquier escenario donde se involucra, se convierte en posibilidad para reinventar el contexto en el que habitan siendo un escenario para otros, que serán quienes harán parte de este mundo, teniendo la apertura de un nuevo comienzo.

Por lo tanto, el contexto escolar se convierte en escenario que legitima las interacciones para renombrar lo que no se ha podido decir y de liderar lo que no han podido desarrollar los adultos, a causa de las marcadas dificultades de relacionamiento que terminan fragmentando las comunidades, pues prevalece el poder del dominio, no solo en la comunidad, sino incluso en la escuela. Así, la escuela deberá incentivar y promover sus prácticas educativas orientadas a la reflexión crítica y, más aún, a la participación activa de los niños, es por ello que la educación hace parte de la renovación, donde se afianza la acogida como principio de la filosofía educativa, adquiriendo la responsabilidad, dispuesta desde su condición de servicio que la identifica.

Este tránsito, en el abandono familiar, social y político, implica en los procesos escolares la apertura para generar la capacidad para evocar, desde la memoria del pasado y del presente hasta predecir el futuro, el cual le permite enfatizar en la adquisición de conocimientos, estimulando el sentido crítico, desarrollando en este proceso de formación la autonomía, con capacidad de decidir y, para ello, es necesario desarrollar una educación tendiente a formar un ciudadano en pro de la democracia.

Finalmente, para incidir en los procesos de abandono, generando la posibilidad de la novedad, se hace posible que la acción esté centrada en la capacidad de decidir con autonomía, ampliando la mirada hacia la participación del niño dentro de la sociedad, la escuela y la familia. Y es mediante la participación donde se evidencia el desarrollo de la autonomía a partir de las relaciones y los diálogos que se establecen con los niños como sujetos sociales. Por lo tanto, es necesario que los maestros incidan en la promoción de la autonomía ciudadana, para que esto sea posible, se debe realizar a partir del valor democrático, desde metodologías de trabajo, la experiencia educativa, la responsabilidad ciudadana, el ejercicio político y la reflexión sobre la representación que se tiene del mundo que los circunda.

LA PROMESA PARA UNA CONDICIÓN POLÍTICA

La niñez del barrio Popular número Uno, enmarca una condición de vulnerabilidad no solo socio económica, sino política, en tanto, ejerce comportamientos que son propias del contexto, disminuyendo oportunidades de participación por medio del acto y la palabra. El contexto los condiciona en medio de la convivencia, la cual está cargada de dolor, sumisión, abandono, sufrimientos físicos y morales, entre otros; aspectos que los han llevado a conceder el desarrollo de cubiertas de protección para tener tacto con el relacionamiento, evitando involucrarse con personas que están a su alrededor, generando las experiencias desde acciones evitativas con propósito humano, como lo es el cuidado de sí, pero alimentando la desconfianza.

Por su parte, si la familia es el entorno natural para el crecimiento y el bienestar de todos los niños, este también se gesta como un ámbito de agresión, de amenaza, humillación, y abandono, que están presentes en ella, omitiendo –por naturaleza– que estos influyen en su potencial de desarrollo, socavando y perpetuando su condición de miedo e indefensión. Aspectos que son visibilizados en la escuela, puesto que en muchas ocasiones presentan dificultades en el control de expresiones, agresión, dificultad para establecer vínculos más estrechos, expresando la desconfianza latente en ellos. Es así, como en los procesos educativos estas situaciones igual marcan su desempeño, pues la atención y concentración no son los más aliados para el desarrollo de las actividades escolares.

Es así, como la violencia en un contexto influye significativamente, puesto que remite a la relación del poder y del débil, logrando, de esta manera, el sometimiento y el silencio; escenario que irrumpe con la tranquilidad y la posibilidad del desarrollo que por derecho adquieren los niños, resultando reconocidos, como aislados sociales.

No obstante, la violencia naturalizada y aceptada por toda la sociedad, no solo en los intercambios barriales, sino desde los medios de comunicación, refuerza de manera silenciosa transmitiendo la celebridad del poder y del sometimiento, donde no se otea la posibilidad moral de que nacemos para vivir y no para servir a alguien; una violencia naturalizada concibiéndose como un aprendizaje que se desarrolla desde los primeros años de vida, produciendo, de esta manera, la alienación que conlleva a la vulneración política, incidiendo en el cuidado de sí mismo y la vida en común.

Es importante reiterar que el agregado de las relaciones de la escuela y la familia debe estar basada en la confianza y el aprendizaje, sin embargo, a lo largo del tiempo se ha evidenciado la fractura a causa de la violencia, aspecto que es desconocido por el mundo, puesto que en ella –la violencia– se tejen otras relaciones, donde los niños están aprendiendo a enlazarse de acuerdo con lo visto y vivido en el contexto y en la familia, en clave de la sumisión, silencio y desconfianza.

La violencia y la vulneración política, en este contexto, como se ha descrito en párrafos anteriores, ha permeado todos los escenarios, sin embargo, en medio de la

austeridad se visibilizan maneras de incorporar alternativas de relacionamiento, bien sea, porque tienen necesidades en común o por interés de avanzar, posibilitando otras maneras de convivir y de proyectarse. Quienes han tenido la posibilidad de salir del barrio por oportunidades académicas y mejoran su calidad de vida, han logrado extender ideales de oportunidades y posibilidades, dando paso al descubrimiento y formulación de nuevos sentidos de existencia, recuperándose desde el sujeto para su contexto, el cual permite descubrirse como un origen que le garantiza el reconocimiento de la pluralidad para reconciliar con la otredad.

Es así, como los tres elementos de antítesis de la condición humana: el desarraigo, la violencia y el abandono, son factores soterrados por la cotidianidad paisajista de la situación de un país que se mueve en medio de las contradicciones e inequidades y que siendo velado por factores básicos omite la trascendencia de los procesos de desarrollo de los niños, especialmente, en la infancia.

La vulneración política, en este contexto, se convierte para los niños en un escenario donde se desarrolla en alto grado la omisión de la palabra sin posibilidad de opinar, ni expresar, aludiendo, además, a la irrisoria “autonomía” que dicen los adultos que tienen los niños para decidir según sus niveles de formación. Escenarios que, igualmente, impiden la participación activa como actores sociales. Paradójicamente, la vulneración manifiesta también se centra en reclamar los derechos que estos merecen, eliminando la desigualdad, la pobreza el maltrato, cuando está presente en los escenarios más cercanos como lo son la familia, el barrio y la escuela, incidiendo estos en dar un lugar de ciudadanía y participación a los niños; son procesos de dependencia, desconfianza y sumisión que incrementa el adulto día a día y del cual pocas son las posibilidades para resignificarse como sujeto político.

Mientras las ideologías en la transformación de procesos de atención focalizadas en políticas para los niños solo sean centradas en asistencia básica y no se contrarresten las posibilidades de la participación, el lugar donde se desarrolla, probablemente, la vulneración política es y seguirá siendo un acontecimiento perdurable en las comunidades menos favorecidas y vulnerables de la ciudad. El gestar otras maneras de visibilizar el encuentro abre paso a la promesa, en tanto, el discurso de libertad instala formas de expresión en las que se reinventan otras maneras de nacer, permiten rotar hacia la transformación social, la cual merecen, teniendo posibilidad mediante el interés compartido, convirtiéndose el dolor comunitario en pujanza para traspasar los umbrales de la historia y de las desventuras en las que está enmarcada la niñez de este escenario.

Acciones que remontan la ética, devolviendo la posibilidad de vivir con otros, de coligar, estableciendo el reconocimiento de los demás, como agentes que respaldan la perseverancia hacia el interés de restaurarse mediante la intersubjetividad, comprendiendo que esta relación es de corresponsabilidad. Ahora bien, la escuela desde los escenarios de formación, igualmente, aporta a los procesos de los niños, en tanto están reflejando atención

desde la palabra, devolviendo la posibilidad para resignificar discursos, comportamientos e ideales. Busca por medio de sus prácticas educacionales acciones colectivas de encuentros para reconocer la importancia natural de la intersubjetividad, reconociendo en estos encuentros, maneras de expresión y de coligar para el bien común, donde ponen en lugar de importancia las implicaciones morales y políticas que los involucran, representaciones que se consolidan para instaurar el reconocimiento de sí mismo y de otros.

Desde esta perspectiva, la promesa que se instala en el contexto que se enmarca esta investigación, está planteada desde las posibilidades de colegar, por tanto, es la educación la que moviliza la experiencia hacia el cuidado de la vida y de los otros, planteando una sólida práctica desde una condición democrática, generando sentido para la transformación, la cual se instala en la medida que se mantenga como horizonte de la acción futura, mediante los vínculos de la seguridad y de la palabra dada, emprendiendo otros mundos posibles para la infancia y de la cual ella desde su condición ingenua y natural convoca.

En este orden de ideas, la vulneración política debe estar contrarrestada por los tres elementos esenciales planteados por Arendt en la condición política en tanto abren la posibilidad de comprender la participación y la visibilizaciones desde la natalidad, novedad y promesa, generando procesos de participación con pautas propias para el relacionamiento. No obstante, existen iniciativas para generar otras maneras de relacionamiento, se puede decir que existe una esperanza por hacer algo nuevo, aspecto que es mediado por la educación, reclamando en las interacciones de los niños la importancia de la palabra; desconfigurado en la adultez, el niño reclama aspectos éticos mediante la conducta y la validez de la palabra, un asunto que supera la vulnerabilidad política. Es así, como la ética en los escenarios educativos, cobra relevancia en tanto exige un compromiso donde se relacionan las prácticas que irradian no solo procesos académicos sino también morales, en los que la responsabilidad esté centrada en el otro, esté atento a la palabra del otro, como base fundamental de la acción educativa.

Es por ello, que la formación docente debe estar atravesada por principios de humanidad y de sensibilidad, donde las reflexiones permeen la acción pedagógica desde las posibilidades del reconocimiento sensible del otro, hasta la condición de reconocer las necesidades en el proceso del desarrollo. Por lo tanto, la formación docente está llamada a trascender los aspectos curriculares, a identificar en el niño la historia y las oportunidades de encuentro en medio de la pluralidad, permitiendo coligarse en medio de experiencias de aprendizaje para identificarse con otros. En la misma línea, el maestro que atiende a la infancia debe generar procesos de reflexión en torno a los valores, donde logre establecer el vínculo de la identidad que tienen los niños de ellos mismos y de sus iguales, comprendiendo las representaciones de la realidad que los involucra y las expectativas que pueden surgir a partir de la participación y de las construcciones colectivas que puedan desarrollar en pos de su resignificación como sujetos y el pacto que hay entre todos,

construyendo en torno al bien común, concretando el conocimiento como generador de propósitos con riqueza colectiva.

Es por ello, que los niños desde su naturalidad, demandan la interrelación con los otros y, para ello, se requiere de una construcción de relación mediante el contacto y tacto con los demás, reconociendo, de esta manera, las particularidades y las diferencias que los identifican. La escuela, por su parte, deberá incentivar prácticas desde la reflexión crítica, promoviendo la participación activa en la comprensión del conocimiento, haciendo búsquedas de aprendizajes que se construyan desde una formación transformadora hacia las condiciones particulares y colectivas, necesariamente humanas, con el fin de promover la participación en pos de un pensamiento democrático y no desde una mirada reduccionista de la condición política, reconocida esta no como voluntad de Estado, sino como procesos de participación donde los niños hacen parte de su cotidianidad, con posibilidad de intercambio, de palabra y de confianza en su contexto social:

Cada final en la historia contiene necesariamente un nuevo comienzo: este comienzo es la promesa, el único “mensaje” que el fin puede producir. El comienzo, antes de convertirse en un acontecimiento histórico, es la suprema capacidad del hombre; políticamente, se identifica con la libertad del hombre. *Initium tu esse homo creatus est* (“para que un comienzo se hiciera fue creado el hombre”) dice Agustín. Este comienzo es garantizado por cada nuevo nacimiento; este comienzo lo constituye, desde luego, cada hombre (Arendt, 2009, p. 640).

Tanto el Estado, la escuela, las maestras y en especial las familias, se convierten en escenarios donde redimen la posibilidad de coligar, donde la vulnerabilidad política no se instale como principio de vida en una población tan sacudida por la violencia. Por lo tanto, la promesa en los procesos educativos, desde la postura de Arendt, se asume como un hecho institucional, de carácter vinculante, puesto que aparece la relación coligante por medio de la palabra, la cual resta las posibilidades de la vulneración política en la que están anclados las oportunidades para el desarrollo en el compromiso social, ético y formativo de los niños:

[...] los pobres no son sólo (sic) aquellas víctimas, de una u otra forma, de una mala distribución de los ingresos y la riqueza, sino también aquellos que sus recursos materiales e inmateriales no les permiten cumplir con las demandas y hábitos sociales que como ciudadanos se les exige. Por eso la pobreza es, sobre todo, pobreza de ciudadanía (Bustelo, 2000, p. 40).

CONTEXTO Y APALABRAMIENTO: RELACIONAMIENTOS DE LOS NIÑOS EN EL CONTEXTO FAMILIAR Y ESCOLAR

En el sustrato en el que se desenvuelven los niños en el barrio Popular número Uno, el escenario familiar, escolar y el contexto se han equivocado en no reconocer que la violencia influye en los modos de relacionamientos entre familia, niño y escuela, siendo estos agregados de relaciones, lo cual fractura las interacciones que deben estar basadas

en la confianza, la autonomía, el colegaje y el aprendizaje, presentándose prácticas en estos relacionamientos que alimentan la violencia basadas en la desconfianza, la agresión, el silencio y la sumisión, entonces los niños están aprendiendo a enlazarse de acuerdo con lo que viven y reconocen en el contexto.

En las lógicas de sumisión y el interés por una promesa de hacer algo nuevo, desde la escuela y la familia se deben localizar en el plano ético de la educación, las relaciones que distinguen lo bueno de lo malo, con la posibilidad de reflexionar para reivindicar las situaciones que afectan de manera inmediata la vida cotidiana de la niñez. Es así, como al desarrollar el ejercicio de la reflexión en la infancia desde el entorno familiar y escolar se debe estar tendiente a la palabra y el relacionamiento, aspectos que hace parte de la participación con la pluralidad y, de esta manera, plantearse cómo puede hacer parte de la esfera pública mediante el intercambio de la palabra, de la cual puede nacer el discurso en la construcción de lo social.

La acción y el discurso crean un espacio entre los participantes que puede encontrar su propia ubicación en todo tiempo y lugar. Se trata del espacio de aparición en el más amplio sentido de la palabra, es decir, el espacio donde yo aparezco ante otros como otros aparecen ante mí, donde los hombres no existen meramente como otras cosas vivas o inanimadas, sino que hacen su aparición de manera explícita (Arendt, 1999, p. 329).

Es importante mencionar que la violencia latente en los niños del Popular número Uno es silenciosa, muda, encontrándose que el niño asume una condición de aislamiento, entonces este no podrá coligarse, pues un niño sumiso no tendrá elementos para convocar y un niño abandonado no podrá en su vida tener elementos para decidir, engranaje que interfiere en los procesos de relacionamientos cifrados, no obstante, en los hallazgos, se evidencia que existen maneras de relación en las que los niños superan estas maneras de vulneración política, aproximando la natalidad, promesa y novedad a partir de las formas de participación natural, visibilizadas en las diferentes interacciones libres, dadas en los entornos escolares.

Por su parte, estas interacciones configuran una organización en colectivo o comunidad, generando un sistema de interacción que les permite relacionarse, de tal manera que, pueden proyectar un ideal común. Definiendo la acción –el nacimiento– a la toma de decisiones sobre asuntos comunes de la actividad social y política. De esta manera, poder desarrollar en los niños sus propios pensamientos, expresar opiniones, lo cual garantiza el estar en un espacio público, donde se abre la posibilidad de la concertación desde la intersubjetividad, dando lugar a la formación pública y política, gestando en los niños una identidad cargada de iniciativas, consolidando la promesa y la novedad en los procesos de transformación social de los niños.

Desde esta mirada hablar y pensar la infancia como sujeto político, no se reduce a una condición de adultez o de mayoría de edad, la comprensión que se puede establecer

desde los escenarios familia y escuela es fundamental, puesto que el desarrollo de los niños debe focalizarse en formar la niñez desde la participación, tendiente a fortalecer la confianza y la comunicación desde la interacción con el propósito de encaminar hacia la seguridad, la autonomía y el liderazgo. Consecuente a estas promesas, una educación desde la comunicación y la participación está tendiente a promover una sociedad comprometida para el bienestar, libertad y vida en comunidad, igualmente, reivindicar la pluralidad desde la confianza y la autonomía.

A MANERA DE CONCLUSIÓN

La condición política de la infancia se consolidaría a través de un tejido social en el cual prevalezca la mirada ética de quienes la circundan, desde esta perspectiva se podría decir que es generar modos de producir el sentido de la existencia, donde se arguyen las maneras en que se han instalado las dinámicas sociales en el barrio Popular Número Uno, las cuales son y serán reproducción de la sumisión en el que han estado los pobladores y especialmente los niños, un sometimiento que no tienen en cuenta el cuidado y la protección de quienes habitan los territorios, sino que los hace cada vez más vulnerables.

Si bien es cierto, prevalece una tendencia de evasión de una responsabilidad social y política de mayor compromiso, por tanto es necesario fijar la mirada aguda en evadir acciones que instrumentalicen al niño, desarrollando prácticas educativas y pedagógicas éticas que se traduzcan en principios de dignidad humana con posibilidades de restaurar la dignidad humana, desarrollando directrices que contribuyan a la consolidación y efectividad de erradicación de actos que vulneren la condición política de los niños.

De igual manera las instituciones educativas, así como el Estado tendrá que poner atención desde la responsabilidad y corresponsabilidad, en las consecuencias que irradia la violencia con todas sus connotaciones, puesto aun en los procesos de desarrollo estatal y educativo prevalece la precarización del concepto de libertad y vida digna en los escenarios que han sido cargadas de violencia. Plantea Arendt que en Vietnam:

Los engañadores empezaron engañándose a sí mismo (...) se hallaban tan convencidos de la magnitud del éxito, no en el campo de batalla, sino en el terreno de las relaciones públicas, y tan seguros de sus premisas psicológicas acerca de las ilimitadas posibilidades de manipulación de las personas, que anticiparon una fe general y la victoria en la batalla por las mentes de los hombres (1998, p. 43).

Es necesario volver al territorio y a sus actores, con el propósito de restaurar la voz que legítima además de reestablecer sus alternativas para avanzar en el reconocimiento de la existencia haciendo parte de ella, y no desde la imposición de otros. Derivado de estos objetivos, se puede mencionar que las relaciones que se construyen en la familia se muestran permeadas por la influencia social, lo que mitiga las responsabilidades colectivas y sociales, generando la ausencia y escasez en el reconocimiento de los derechos de

los niños, en tanto, la violencia es un factor que influye en los relacionamientos sociales, produciendo condiciones para la participación e incrementando la sumisión en muchos acontecimientos en la vida escolar.

REFERENCIAS

Arendt, H. (1998). *Los orígenes del totalitarismo*. México: Alfaguara.

Arendt, Hannah (1998). *Crisis de la república*. México: Alfaguara.

Arendt, Hannah. (2006). *Diario filosófico: (1950-1973)*. Barcelona: Alfaguara.

Arendt, Hannah. (1970). *Sobre la violencia*. México: Alfaguara.

Arendt, Hannah. (2009). *La condición Humana*. México: Alfaguara.

Arendt, Hannah. (2013). *Lo filosófico y lo político*. Universidad de Valencia.

Barcena, F. (2006). *Hannah Arendt: Una filosofía de la natalidad*. Barcelona: Herder.

Beuchot, M. (2011). *Epistemología y hermenéutica analógica*. San Luis Potosí: Instituto de Investigaciones Humanísticas de la Universidad Autónoma de San Luis Potosí.

Butler, J. (2010). *Vida precaria. El poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós.

Butler, J. (2004). *Deshacer el género*. Buenos Aires: Paidós.

Bustelo, E. (2000). *De Otra Manera. Ensayos sobre Política Social y Equidad*. Rosario Argentina: Homo Sapiens Ediciones.

Documento sobre Restitución de Derechos de la infancia. (23 de marzo de 2019). *Documento de SUB EJE*. Recuperado de: https://www.siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_informe_pdfs/siteal_restitucion_de_derechos_20190521.pdf

Educativo-RAE, R. A. (25 de junio de 2008). *Pedagogía de la Humanización. Maltrato Intrafamiliar*. Recuperado de: <http://biblioteca.usbbog.edu.co:8080/Biblioteca/BDigital/43257.pdf>

Gadamer, H. G. (1977). *Verdad y método*. Salamanca: Ediciones Sígueme.

Galeano, M. E. (2004). *Diseño de proyecto en la investigación cualitativa*. Medellín: Fondo Editorial EAFIT.

SOBRE O ORGANIZADOR

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA - Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) - área de concentração em Família e Sociedade - pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), atuando na linha de pesquisa Trabalho, Consumo e Cultura. É bacharel em Ciências Humanas, pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (BACH/ICH - UFJF); licenciado em Artes Visuais, pelo Centro Universitário UNINTER; e, tecnólogo em Design de Moda, pela Faculdade Estácio de Sá -Juiz de Fora/MG. Realizou cursos de especialização nas seguintes áreas: Moda, Cultura de Moda e Arte, pelo Instituto de Artes e Design da Faculdade Federal de Juiz de Fora (IAD/UFJF); Televisão, Cinema e Mídias Digitais, pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACOM/UFJF); Ensino de Artes Visuais, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACED/UFJF); e, Docência na Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba (IF Rio Pomba). Tem interesse nas áreas: Moda e Design; Arte e Educação; Relações de Gênero e Sexualidade; Mídia e Estudos Culturais; Corpo, Juventude e Envelhecimento, dentre outras possibilidades de pesquisa num viés da interdisciplinaridade. E-mail: fabiano.batista@ufv.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 86, 87, 88, 91, 92

Aprendizado 31, 34, 39

Aspectos Legais 71, 94, 98

B

Bem-Estar Social 51, 53, 54, 55, 57, 61, 62

Brasil 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 50, 51, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 73, 77, 78, 85, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 109, 110

C

Colonização 11, 12, 16, 33, 51, 63

Comunidade 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 25, 27, 33, 54, 56, 73, 80, 88

Comunidade Quilombola 1, 2, 4, 8, 9, 10

Crise de Efetividade 50

Cultura 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 58, 61, 71, 77, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 93, 103, 104, 107, 109, 110, 111, 129

Cultura Japonesa 23, 24, 26, 27, 28, 29

D

Desempenho Escolar 79, 80, 81, 82

Direitos das Mulheres 41, 42, 48

Direitos Humanos 9, 31, 34, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Diversidade 1, 4, 8, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40

E

Educação 4, 5, 7, 10, 24, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 48, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 79, 80, 84, 88, 90, 92, 93, 106, 129

Ensino 28, 31, 34, 35, 36, 38, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 106, 129

Ensino de História 38, 106

Equidade 1, 3, 4, 6, 10

Escola 29, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 44, 46, 68, 69, 80, 81, 82, 83, 85, 92, 93, 106, 114

Estado Constitucional 50, 51

Étnico-Racial 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40

Experiência 3, 20, 31, 80, 86, 89, 90, 91, 92, 93

F

Fontes Audiovisuais 106, 107

G

Gênero 13, 34, 41, 44, 49, 60, 129

Governo 3, 10, 12, 14, 25, 43, 45, 46, 55, 62, 65, 66, 73, 77, 96, 97, 98, 101, 103

H

História 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 50, 68, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114

I

Identidades 41, 43

Imigração 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Imigração Japonesa 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Impeachment 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

Indígena 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 61

Indústria Cultural 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114

Infância 48, 60, 92, 115

Irã 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Islã 41, 42, 43, 48, 49

J

Justiça 1, 3, 4, 6, 9, 10, 51, 56, 105

M

Memória 5, 20, 23, 24, 25, 26

Metodologia 30, 37, 86, 106

Mulher 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 56

Mulheres 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 57, 62, 88

N

Natureza Jurídica 94, 100, 102, 105

P

Política 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 29, 35, 42, 44, 45, 50, 52, 56, 57, 61, 62, 66, 69, 72, 75, 77, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 104, 112, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128

Políticas Públicas 1, 2, 3, 5, 7, 8, 50, 52, 61, 66, 71, 77

Populações Vulneráveis 1, 8

Povo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 32, 37, 53, 54, 66, 70, 73, 75, 83, 96

Q

Quilombola 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10

R

Raça 2, 38, 72

S

Saberes 2, 11, 32, 33, 34, 38, 91

Saberes Indígenas 11, 33

Segurança Pública 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Sociedade 2, 3, 4, 6, 7, 8, 12, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 63, 65, 66, 71, 72, 75, 76, 77, 90, 108, 110, 129

Subjetividade 84

Sujeito Político 115

V

Valorização 1, 3, 5, 6, 8, 31, 32, 35, 38

Violência 51, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 112, 115

Vulnerabilidade 7, 27, 60, 88, 92, 115

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2021

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021